

Reunião da Mesa temática: Educação e Cultura
Ata Final – 16/10/2009
Moderador: Embaixador João Almino

Educação

Foi proposto que o MEC crie uma divisão específica destinada a tratar das demandas das comunidades brasileiras no exterior na área de educação.

- Foram solicitados esclarecimentos e maior divulgação para compreensão sobre a estrutura e o funcionamento do MEC em termos de responsabilidade para encaminhamento de propostas (MEC/CNE/CEB/CES). Também foram solicitados esclarecimento sobre cursos técnicos qualificação, revalidação de diplomas
- Solicita-se que os exames de reconhecimento de estudos feitos no exterior com base no artigo 23 da LDB possam ser aplicados também a alunos brasileiros no exterior.
- Propôs-se que fosse criado programa de bolsa de estudos através de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
- Com relação ao trabalho que a CAPEs com o Leitorado, leitores reivindicam isonomia entre tratamento dado aos bolsistas da CAPEs e leitores tais como programas de treinamento, reciclagem e orientação sobre o país a que se destinam.
- Foi solicitado acompanhamento regular pelo MEC no que tange à fiscalização para o cumprimento dos itens apresentados no projeto pedagógico quando do encaminhamento junto ao CNE para obtenção da homologação.
- Foi proposto maior divulgação para brasileiros no exterior dos programas de Educação à distância
- Foi solicitado a aplicação do ENEM no exterior, sobretudo na região de fronteira

- No caso do Japão, propôs-se que seja solicitada a flexibilização e agilização por parte das autoridades provinciais no Japão no processo de reconhecimento de entidades de ensino brasileiro como miscelâneas schools, pois hoje são consideradas empresas e não escolas.
- Programas de apoio especializado que promova a inclusão de crianças e jovens brasileiras com necessidades educativas especiais
- Oferta de cursos noturnos para capacitação e especialização para jovens que trabalham durante o dia
- Com relação à educação de adultos, foi recomendada a realização de palestras de esclarecimento sobre a importância da educação dos filhos, o fornecimento de programas e materiais didáticos para ensino de 2º grau (EJA), cursos profissionalizantes para jovens adultos e programas de orientação ao pequeno empresário ou àqueles que desejam se tornar empresários (ONGs, pequenas empresas etc.)

1) Ensino da língua portuguesa

- Houve consenso quanto à necessidade de se pensar a questão do ensino da língua portuguesa para crianças e adultos com metodologias diferenciadas no ensino para estrangeiros e no ensino do português como “língua de herança” com estudo e padronização de currículos para crianças brasileiras no exterior e cursos de formação para professores de português para estrangeiros e como língua de herança
- Sugeriu-se aumentar o número de convênios entre o MRE e o MEC e sistemas públicos escolares no exterior para a implementação de programas bilíngües, a exemplo dos modelos bem sucedidos já existentes em Miami-Flórida, Georgia - Atlanta e em Berlim e Hamburgo – Alemanha. Os convênios poderiam ser estabelecidos entre consulados e fundações locais que se encarregassem do contrato local de professores.
- Foi destacada a necessidade de programas de alfabetização de adultos nas comunidades de brasileiros no exterior

- Foi proposto que as Embaixadas e Consulados passem a abrir espaços para a realização de aulas de português organizadas pela comunidade. Representante da DPLP esclareceu que, mediante elaboração de Termo de Cessão de acordo com a Portaria número 5 do Patrimônio da União, espaços nos Consulados e Embaixadas poderão ser cedidos para a organização de aulas de português.
- Foi proposto mapeamento internacional de todas as escolas, cursos e professores de português e organizações que trabalham em prol da difusão da língua portuguesa para facilitar acesso a essas instituições. O referido material poderia constar dos sites da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP) do Departamento Cultural e do Portal “Brasileiros no Mundo” <http://www.brasileirosnomundo.mre.gov.br/>
- Sugeriu-se que a COLIP passe a incluir representante especialista em ensino da língua portuguesa como língua de herança

2) Livros e materiais didáticos

Houve consenso quanto à necessidade de se disponibilizar obras básicas, gramáticas e dicionários com a nova ortografia para as comunidades brasileiras no exterior. Foi anunciado que o Fundo Nacional de Educação (FNDE) fez uma doação de 600 livros infantis à SGEB do MRE, doação significativa porém insuficiente para atender às demandas das comunidades. Representante do MEC explicou que novas normas do TCU impedem o envio de materiais do MEC ao exterior. Diante desse cenário, sugeriu-se que as organizações envolvidas com ensino da língua portuguesa compartilhassem materiais didáticos a serem disponibilizados pela internet.

- Sugeriu-se analisar possibilidades de convênios ou parcerias com editores internacionais ou universidades para disponibilizar materiais didáticos
- Foi proposto que fosse dado apoio para a catalogação dos acervos de livros doados a bibliotecas norte-americanas que não entram em circulação na biblioteca porque não podem ser classificados. Foi ressaltado que existem empresas que se especializam em catalogar esses livros.
- Foi reivindicado maior apoio à tradução de livros seminais em língua portuguesa.

- Foi sugerido que fossem implementados mecanismos de maior apoio e incentivo a publicações de escritores brasileiros no exterior

3) Exames/ Certificação / Diplomas / Revalidação

Sugeriu-se analisar a possibilidade de fornecer serviço gratuito de tradutores juramentados que ofereceriam serviços para fins de equivalência de diplomas ou de continuação dos estudos.

Sugeriu-se que o MEC elaborasse um Certificado de Reconhecimento das escolas brasileiras no exterior, a exemplo do governo espanhol

Foi proposto que o CNE estabeleça um prazo limite para a análise de diplomas internacionais submetidos à revalidação

Foi proposto um “Portal de Transparência” sobre os processos de revalidação de diplomas obtidos no exterior, para tornar público informações sobre precedentes.

4) Retorno de brasileiros

- Foi manifestada preocupação com a adaptação das crianças que retornam ao Brasil com a sugestão de que sejam elaborados programas para facilitar sua inserção no sistema brasileiro
- Elaboração de certificados de validação da Secretaria Técnico-Profissionalizante do MEC e/ou do MTE para a homologação de cursos técnicos profissionalizantes, para que brasileiros que tenham qualificação técnica possam exercer atividades no Brasil

5) Sobre o papel das comunidades brasileiras

- Sugeriu-se formar grupos de estudo e trabalho para que as parcerias em benefício das comunidades brasileiras não sejam meramente inter-institucionais
- Foi proposto que as comunidades se organizem para ampliar redes de serviços voluntários, a exemplo do que ocorre em Madrid, onde há psicólogos e professores voluntários, além de trabalhadores sociais

Cultura

1) MRE - No que diz respeito à interface entre a política cultural do Itamaraty e as comunidades brasileiras no exterior houve consenso com relação às seguintes sugestões:

- maior apoio da Embaixada na divulgação dos eventos, eventualmente com auxílio no transporte
- Sugeriu-se formar grupos de estudo e trabalho para que as parcerias em benefício das comunidades brasileiras não sejam meramente inter-institucionais
- Diretriz para os postos que sugerisse que eventos locais sejam divulgados nos ambientes dos consulados.
- Inclusão das atividades das comunidades no calendário cultural no DC
- criação de grupo de trabalho de cultura e educação com apoio logístico e atividades diversas para combater a desintegração das comunidades
- Democratização e maior transparência com relação ao apoio cultural das embaixadas e consulados, pois de acordo com representantes das comunidades atualmente acabam sendo formando blocos que recebem apoio repetidamente sendo que há um grupo enorme de artistas brasileiros – por isso seria oportuno tornar o processo mais transparente
- Criação de setores culturais nos consulados que não os possuem e desenvolvimento de parcerias entre consulados e entidades locais da comunidade brasileira
- Maior autonomia dos Consulados com relação às verbas dos consulados.
- Melhorar a qualidade das exposições itinerantes nos consulados aproveitando os excelentes acervos nas universidades brasileiras
- Que seja feita uma campanha para melhor aproveitar os veículos de mídia e imprensa brasileira no exterior para divulgar notícias sobre as comunidades

- Comunidades menores precisam ser incluídas no sistema de Conferências “Brasileiros no Mundo”- por exemplo – a Áustria, que tem 9.000 brasileiros
- Apoio para as festividades de desfiles do 7 de setembro a exemplo do Brazilian Day em Connecticut

2) MinC - No que diz respeito à interface entre a política cultural internacional do Ministério da Cultura e as comunidades brasileiras no exterior houve consenso com relação às seguintes sugestões:

- Expansão dos Pontos de Cultura no exterior- para tanto é necessário examinar modos de facilitar o envio de recursos do MinC para programas no exterior.
- Desenvolver critérios transparentes para a escolha de novos Pontos de Cultura no exterior com ampla divulgação dos editais e oportunidades
- Inserção de eventos na agenda dos Ministérios da Cultura e Educação.
- Quanto às leis de incentivo fiscais, sugere-se que sejam realizadas oficinas no exterior para as pessoas esclarecer melhor os mecanismos da lei
- Apoio oficial de empresas brasileiras ou estrangeiras no exterior através de incentivos fiscais
- Criação ou reforço de redes existentes reunindo entidades culturais locais
- Mapeamento dos artistas brasileiros no exterior e das pessoas que estão lidando com a cultura no exterior.
- Maior acesso dos produtores a conteúdos culturais de qualidade para combater o problema da baixa auto-estima dos brasileiros
- Promoção de concursos e premiações para artistas brasileiros residentes no exterior com a devida divulgação

3) MRE – MinC

Consolidação dos calendários culturais – pois seria importante replicar e divulgar iniciativas para que sejam multiplicadas- comunicação pode economizar energia e dinheiro.

Promoção do reconhecimento do candomblé como parte do patrimônio patrimônio cultural afro-brasileiro

- Melhor coordenação entre de iniciativas culturais no exterior para não desperdiçar a presença e as viagens dos artistas, e aproveitar melhor a circulação dos artistas entre cidades
- Apoio para produtores brasileiros que divulgam a cultura brasileira no exterior
- Fortalecer a divulgação através de festivais de cinema, de musica para quebrar estereótipos e fortalecer mais a imagem da cultura brasileira.
- Política mais estruturada de difusão da imensa riqueza da cultura brasileira via mais apoio do MinC, do MRE e da APEX, a exemplo da França que tem em NY a French Music Export Office onde divulgam toda a produção da França.
- Mais parcerias locais entre entidades e participacao do setor privado brasileiro no exterior
- Que o MRE colabore com o Ministério da Cultura que precisa de auxílio técnico de passar esse dinheiro para a formação de pontos de cultura fora do país.